

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.018414/93-17

Sessão de :

23 de março de 1994

ACORDAO no 203-01.222

PUBLICADO NO D. O. U.

De OL/ 12/1994

Rubrica

Recurso no:

95.990

Recorrente:

COTRIGUAÇU COLONIZADORA DO ARIPUANA S/A

Recorrida :

DRF EM SAO PAULO - SP

ITR - Inexistência de provas e fundamentos capazes infirmar a decisão recorrida. Nega-se

2.0

C

provimento ao recurso.

Vistos, relatados e discutidos os presentes interposto por COTRIGUAÇU COLONIZADORA DO ARIFUANA recurso S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em provimento ao recurso. Ausentes os Conselheiros MAURO WASILEWSKI e TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS.

Sala das Sessões, jem 23 de março de 1994.

OSVÁLDO SONZA - Fresidente

Relator

SILVIO JUSE FERNANDES

- Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 29 ABR 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF e CELSO ANGELO LISBOA GALLUCCI.

HR/iris/CF-GB



SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.018414/93-17

Recurso no: 95.990 Acórdão no: 203-01.222

Recorrente: COTRIGUACU COLONIZADORA DO ARIFUANA S/A

RELATORIO

A empresa acima identificada foi notificada a pagar o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuições Parafiscal e Sindical Rural CNA-CONTAG no montante de Cr\$ 103.162,00 correspondente ao exercício de 1992 do imóvel de sua propriedade localizado no Município de ARIFUANA - MT.

Não aceitando tal notificação, a requerente procedeu à impugnação (fls. 01/02) alegando, em sintese, que:

- a) o Valor Minimo da Terra Nua VTNm foi superdimensionado, é excessivo e absurdo, sendo inclusive, superior ao preço comercial praticado pelo mercado imobiliário;
- b) o VTNm é bem superior ao valor venal estabelecido pela Prefeitura Municipal para cálculo do ITBI em dez/91 e abr/92;
- c) os preços de mercado estabelecidos pelas empresas colonizadoras, que atuam no município, nestes últimos 2 anos, não acompanharam nem mesmo sua valorização pelos Indices de inflação e que em face dessa realidade econômica, a Prefeitura local deixou de reajustar os valores venais da pauta do ITBI a partir de abr/92; e
- d) se o VTNm aplicado ao ITR/91 fosse reajustado monetariamente, como nos anos anteriores, resultaria no valor máximo de Cr\$ 25.000,00 por hectare em DEZ/91.

A autoridade julgadora de primeira instância (fls. 06/07) julgou procedente o lançamento, cuja ementa destaco:

"ITR/92 - O lançamento foi corretamente efetuado com base na legislação vigente. A base de cálculo utilizada, valor mínimo da terra nua, está prevista nos parágrafos 20 e 30 art. 70 do Decreto no 84.685, de 6 de maio de 1980.".





SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.018414/93-17 Acórdão no 203-01.222

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal (fls. 09), onde a recorrente reitera integralmente os pontos já expendidos na peça impugnatória e ressalva, **verbis**:

"... que o mérito da impugnação não foi apreciado em 1<u>a</u> Instância, por faltar-lhe competência para pronunciar-se sobre a questão, para avaliar e mensurar os VTNm constantes da IN n<u>o</u> 119/92, cuja alçada é privativa dessa Instância Superior.".

E o relatório.



SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880.018414/93-17 Acórdão no 203-01.222

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SEBASTIAO BORGES TAQUARY

recurso voluntário veio vazio de con teúdo jurídico, ou de provas, capazes de infirmar a decisão singular.

Com efeito, não há, nos autos, indicação dos pontos que possam justificar o alegado excesso de valores de terra nua, bem como verifico que a decisão singular examinou o mérito, nos limites de sua competência, ao contrário do alegado no apelo.

Isto posto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1994.

SEBASTIAO BORGES TAGU